



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://www.gov.br/fundacentro/pt-br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.000579/2020-11

1. DO OBJETO

1. 1. Serviços especializados avulsos, de natureza não continuada, para aquisição e substituição de baterias de nobreaks, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Unidade	Qtd	Descrição	Código PGC
01	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak sala HPLC/UV-VIS do Laboratório de Química Orgânica.	463192
02	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak sala GC-MS do Laboratório de Química Orgânica.	463192
03	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak sala de manipulação de amostras do Laboratório de Química Orgânica.	463192
04	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak sala AAS/ICP-MS do Laboratório de Química Inorgânica.	463192
05	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak da geladeira no laboratório de inorgânica.	463192
06	Serviço	01	Aquisição e substituição de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula (VRLA) do nobreak do cromatógrafo de íons no laboratório de inorgânica.	463192
07	Serviço	01	Aquisição e substituição de 20 baterias do tipo chumbo-ácida regulada por válvula (VRLA) do nobreak do laboratório de microscopia, gravimetria e difratometria de raios X (LMGD).	463192

1. 2. Dada a inter-relação e a similaridade entre os equipamentos instalados nos laboratórios do SLAP e a natureza dos serviços, considera-se o não parcelamento da solução como mais adequado, buscando favorecer a uniformidade dos serviços sem que haja prejuízos à ampla participação dos licitantes especializados.

2. JUSTIFICATIVA

2. 1. Os nobreaks são necessários para evitar danos aos equipamentos dos laboratórios, provocados por quedas bruscas de energia rotineiras na FUNDACENTRO. Tais instabilidades elétricas também interferem na realização das análises químicas, uma vez que alguns dos

equipamentos necessitam permanecer ininterruptamente ligados para manter respostas analíticas constantes. Além disso, no caso de interrupções prolongadas no fornecimento de eletricidade, as geladeiras e freezers precisam manter a baixa temperatura interna para evitar a degradação dos produtos químicos de alto custo armazenados em seu interior.

2. 2. No caso específico do equipamento de difratometria de raios-X, o mesmo deve ser mantido ligado, de forma contínua, e em modo stand by quando não estiver realizando análises, para ter prolongado o seu tempo de vida. Oscilações na corrente elétrica e desligamentos bruscos por quedas de energia diminuem significativamente o tempo de vida do tubo de geração de raios X e do equipamento em si.
2. 3. As baterias possuem tempo de vida útil limitado, necessitando ser substituídas quando observada diminuição na sua eficiência. Após verificação pela equipe de manutenção da Fundacentro, foi constatada a necessidade de troca das baterias de todos os nobreaks instalados nos laboratórios de orgânica, inorgânica e LMGD do SLAP.
2. 4. A manutenção e conservação de equipamentos dos laboratórios está prevista na etapa 4 da proposta SGPA SLAP.002.2020.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3. 1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Documento de Formalização da Demanda - DFD ([0051457](#)) e Estudo Técnico Preliminar ([0077907](#)), que trata da aquisição e substituição de baterias de nobreaks, objeto deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

4.1. O serviço se classifica como comum, de acordo com o art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002, por apresentar padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4.2. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A Contratada deverá possuir atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação.

5.1.2. A Contratada deverá prever e providenciar a destinação ambientalmente correta das baterias retiradas dos nobreaks.

5.1.3. Todas as peças que forem substituídas devem ser novas, originais e adequadas aos modelos dos nobreaks, com vistas a garantir a correta adaptação aos equipamentos sem risco de danificá-los ou prejudicar sua vida útil.

5.1.4. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 90 dias, período no qual a contratada deverá dar toda e qualquer assistência relacionada ao serviço executado, sem custos adicionais à Contratante. As peças trocadas deverão possuir garantia mínima de 12 meses.

5.1.5. A contratada estará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

5.1.6. Os serviços têm natureza não continuada, uma vez que constituem a obtenção de produtos específicos, sem a necessidade de assistência contínua da empresa especializada após o seu término.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega do bem é de 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão do pedido de fornecimento, em remessa única, no seguinte endereço: Rua Capote Valente, nº 710 – Pinheiros – São Paulo SP (Serviço de Laboratórios de Apoio à Pesquisa - SLAP – 1º andar).

6.2. O bem será recebido provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo requisitante do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. O bem será recebido definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

6.7. O titular do setor requisitante será o responsável pelo recebimento do objeto.

7. VISTORIA

- 7.1. Considerando a natureza do objeto, a vistoria prévia é facultativa. Ao optar pela realização da vistoria, a proponente deverá assinar o Termo de Vistoria (em anexo).
- 7.2. A proponente que decidir não realizar a vistoria no órgão e, eventualmente subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. Portanto, deverá assinar o Termo de Recusa de Vistoria (em anexo).
- 7.3. A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta feira, em dias úteis, das 8h30 às 17h30, acompanhado por servidor designado para esse fim. Para tanto a proponente deverá agendar previamente os dias para realização da vistoria, com antecedência mínima de 5 dias.
- 7.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 01 (um) dia útil antecedente à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 7.5. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços deverão ser executados por técnicos qualificados de empresa especializada e autorizada para assistência técnica em nobreaks, conforme discriminado abaixo:

8.1.1. Os serviços deverão incluir o fornecimento e a substituição de baterias compatíveis com os nobreaks atualmente instalados nos laboratórios, que possuem as seguintes especificações:

8.1. 2. *Sala HPLC/UV-VIS do Laboratório de Química Orgânica*: Marca ATA UPS, modelo UPS 15000 TITAN, capacidade 15KVA. Entrada: 220V, 1F+N, 80A, 60HZ. Saída: 220V, 1F+N, 65A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) CSB modelo GPL12500 12v-52Ah.

8.1. 3. *Sala GC-MS do Laboratório de Química Orgânica*: Marca ATA UPS, modelo UPS 6000 mini TITAN, capacidade 6KVA. Entrada: 220V, 1F+N/F, 32A, 60HZ. Saída: 120V, 1F+N, 45A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) Get Power modelo GP12-18 12v-18Ah.

8.1. 4. *Sala de manipulação de amostras do Laboratório de Química Orgânica*: Marca ATA UPS, modelo UPS 10000 mini TITAN, capacidade 10KVA. Entrada: 220V, 1F+N/F, 50A, 60HZ. Saída: 120V, 1F+N, 65A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) Get Power modelo GP 12v-26SAh.

8.1. 5. *Laboratório de Química Inorgânica – Cromatógrafo de íons*: Marca ATA UPS, modelo UPS 6000 TITAN, capacidade 6KVA. Entrada: 220V, 1F+N/F, 32A, 60HZ. Saída: 120V, 1F+N, 45A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) GP 12-18(12V 18Ah).

8.1. 6. *Laboratório de Química Inorgânica – Geladeira*: Marca ATA UPS, modelo UPS 3200 mini TITAN, capacidade 3,2KVA. Entrada: 120V, 1F+N, 32A, 60HZ. Saída: 120V, 1F+N, 20A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) GP 12-18(12V 18Ah).

8.1. 7. *Sala AAS/ICP-MS do Laboratório de Química Inorgânica*: Marca ATA UPS, modelo UPS 15000 mini TITAN, capacidade 15KVA. Entrada: 220V, 1F+N, 80A, 60HZ. Saída: 220V, 1F+N, 50A, 60HZ. Equipado com banco de 16 baterias do tipo chumbo ácido regulada por válvula(VRLA) CSB modelo GPL12500 12v-52Ah.

8.1. 8. *Laboratório de microscopia, gravimetria e difratometria de raios X*: Marca VLP série VSI 20 K, modelo KT, capacidade 20 KVA. Entrada 127 VFN / 220 VFF, Saída 127 VFN / 220 VFF, Corrente entrada 60 A, Frequência de saída 50 ou 60 Hz + 4%. Equipado com 20 baterias tipo chumbo-ácida regulada por válvula (VRLA) Get Power modelo GP 12-24 12V 24Ah

8.2. A Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente correta (ou seja, o descarte) das baterias substituídas.

8.3. As dimensões das novas baterias a serem inseridas deverão obedecer às dimensões dos gabinetes já existentes, de modo que não venha a afetar o espaço físico ocupado pelos bancos de baterias. As baterias substituídas deverão ser bem acomodadas, de modo que haja espaço entre elas e a estrutura dos gabinetes, obedecendo o arranjo atual de baterias e cabos.

8.4. Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá fornecer um relatório descrevendo o serviço executado e emitir os devidos laudos e certificados aplicáveis, atestando as condições de funcionamento dos nobreaks e suas baterias. Devem constar no relatório informações sobre as condições dos equipamentos, especificações dos componentes substituídos (marca, fabricante, modelo, procedência), defeitos encontrados e causas de mau funcionamento.

8.5. Se houver necessidade de troca de peças não prevista e não especificada no Termo de Referência, a contratada deverá descrever no relatório técnico as especificações básicas do material a ser substituído para apreciação e aprovação da Administração quanto à sua aquisição.

8.6. A Contratada deverá possuir atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido em seu nome por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação.

8.7. Todas as peças que forem substituídas devem ser novas, originais e adequadas aos modelos dos nobreaks, com vistas a garantir a correta adaptação aos equipamentos sem risco de danificá-los ou prejudicar sua vida útil.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

9.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

10.1.1.1. Sempre que aplicável, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

11 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

12 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14 DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = 6%/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
---------------------	--

15 DO REAJUSTE

15.1 Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1. Dada a natureza da contratação e do objeto, não haverá exigência de garantia contratual da execução nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. Como já exposto neste Termo de Referência, Em conformidade com o prazo estabelecido no art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, os bens adquiridos deverão possuir prazo de garantia legal mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de entrega dos materiais na Fundacentro, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 17.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. cometer fraude fiscal;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- 17.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 17.2.2. multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias;
- 17.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da compra, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 17.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 17.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 17.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021.

GLÁUCIA NASCIMENTO DE SOUZA VELOSO Chefe do Serviço de Laboratórios de Apoio à Pesquisa (Requisitante)	GILMAR DA CUNHA TRIVELATO Coordenador de Gabinete e Serviços - DP
ERIKA ALVIM DE SÁ E BENEVIDES Diretora de Pesquisa Aplicada	FELIPE MÊMOLO PORTELA Presidente da Fundacentro



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Nascimento de Souza Veloso, Chefe de Serviço**, em 16/02/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar da Cunha Trivelato, Coordenador(a)**, em 15/03/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Alvim de Sá e Benevides, Diretor(a) de Pesquisa Aplicada**, em 22/04/2021, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Memolo Portela, Presidente**, em 27/04/2021, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0091146** e o código CRC **794B5FA4**.



Referência: Processo nº 47648.000579/2020-11

SEI nº 0091146

Criado por [glaucia.souza](#), versão 19 por [glaucia.souza](#) em 16/02/2021 10:16:23.